

RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO FEVEREIRO/2022

ÍNDICE

I. APRESENTAÇÃO

II. INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRELIMINARES

III. RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO CONTENDO A SÍNTESE DE FALHAS COM A INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS E A ADOTAR PARA CORRIGI-LAS E PREVENI-LAS

I. APRESENTAÇÃO

A unidade de controle interno da Câmara Municipal de Extrema é representada pelo servidor Cleber Jose Couto;

Considerando as atribuições da unidade de controle interno que é definida no artigo 1º Resolução n.º 52 de 26 maio de 2004;

Considerando as atribuições do controle interno definidas nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, no art. 59 da Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), aos artigos 65 a 67 da Lei Orgânica Municipal, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64.

Considerando a exigência da emissão de relatório mensal pela unidade de controle interno contida na alínea *a*, do inciso XII, do art. 5º da Instrução Normativa n.º 08/03 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Com base nos exames realizados e com as informações que vieram ao meu conhecimento durante o decurso normal dos trabalhos de inspeção, apresento o seguinte relatório mensal do controle interno, o qual contém a descrição da situação encontrada, os comentários sobre as inconformidades e as recomendações com as medidas adotadas e a adotar para corrigir e prevenir a reincidência das falhas, visando o aprimoramento dos controles internos, a redução de custos e o melhoramento das práticas contábeis e administrativas.

II. INFORMAÇÕES E ANÁLISES PRELIMINARES

1. Dados da entidade e do Município

Nome: Câmara Municipal de Extrema

CNPJ: 19.038.603/0001-00

Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, n.º 1.626, Bairro Ponte Nova,

Cidade: Extrema - MG, CEP: 37.640-000

População do município estimada em 2021: 37.649 habitantes.

(Fonte site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>)

2. Período analisado: de 01/02/2022 a 28/02/2022.

3. Natureza: Relatório mensal do controle interno.

4. Controlador interno:

Nome: Cleber Jose Couto

5. Ordenador da despesa:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Sidney Soares Carvalho	Presidente da Câmara	01/01/2021 a 31/12/2022

6. Responsável técnico pelo setor de contabilidade:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
João Elias de Godoi	Contador	Desde 02/05/2002

7. Responsável pelos setores de: Tesouraria/Finanças/Administração/Frotas

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Danilo de Moraes	Diretor Adm. Financeiro	Desde 05/01/2021

8. Responsável pelo setor de pessoal:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Jaqueline de Souza Machado	Analista de Recursos Humanos	Desde 07/01/2013

9. Responsável pelo setor de patrimônio:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
João Elias de Godoi Josiquely Marcia Silva Cardoso Antônio Matheus Jesus Campos Marcelo Silvestre Moraes Mauricio de Freitas Gabriel	Membros da Comissão	Comissão constituída pela Portaria 19/2022 de 14/02/2022

10. Responsável pelo setor de almoxarifado:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Karina Vieira Bonaldo	Almoxarife	Desde 06/01/2021

11. Componentes da comissão permanente de licitações:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Benedito César Silva	Presidente da CPL	Portaria 01/2022
Caio Coutinho Lopes	Membro CPL	
André Westerstahl de Abreu	Membro da CPL	
Karina Vieira Bonaldo	Membro da CPL	
Jaqueline de Souza Machado	Suplente	

12. Pregoeiro e Equipe de Apoio

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Benedito César Silva	Pregoeiro	Portaria 02/2022
Caio Coutinho Lopes	Membros da Equipe de Apoio	
André Westerstahl de Abreu		
Karina Vieira Bonaldo		
Caio Coutinho Lopes	Pregoeiro Suplente	

13. Prazos e informações complementares:

OBRIGAÇÕES E RECESSOS	PRAZO / PERÍODO	LEGISLAÇÃO
Encaminhamento do projeto de LDO ao Poder Legislativo	15/04/2022	Art. 35, § 2º, inciso II do ADCT
Encaminhamento do projeto de LOA ao Poder Legislativo	31/08/2022	Art. 35, § 2º, inciso III do ADCT
Encaminhamento das propostas orçamentárias parciais ao Poder Executivo para consolidação	31/07/2022	Lei Municipal (LDO)
1º período de recesso legislativo	18/07/2022 à 31/07/2022	Lei Orgânica do Município, art. 24
2º período de recesso legislativo	21/12/2022 à 01/02/2023	Lei Orgânica do Município, art. 24
Opção dos Poderes, Executivo e Legislativo para elaboração e publicação do RGF	Semestral	Art. 4º, Instrução Normativa nº 12/08 do TCEMG e art. 63, inciso II, b da LRF
Opção do Poder Executivo para elaboração e publicação dos demonstrativos que acompanham o RREO	Semestral	Art. 8º, Instrução Normativa nº 12/08 do TCEMG e art. 63, inciso II, c da LRF
SICOM AM, SICOM BALANCETE*	28/02/2022	Envio das informações relativas mês de janeiro de 2022 (art. 5º, <i>caput</i> , da IN TC n. 10/2011).
SICOM FLPG, SICOM OBRA	28/02/2022	Envio das informações relativas mês de janeiro de 2022 (art. 5º, <i>caput</i> , da IN TC n. 10/2011)

* Comunicado 07/2022 prorrogou o prazo de entrega do arquivo SICOM BALANCETE dos meses: janeiro, fevereiro e março para 31/05/2022.

III - RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO

Considerando as incumbências do Controle Interno da Câmara Municipal de Extrema, analisei os atos que vieram ao meu conhecimento durante o mês de fevereiro de 2022, para então, emitir o relatório de controle interno.

a) Prestação de contas - SICOM

Informo que os arquivos magnéticos referentes à prestação de contas: SICOM-ACOMPANHAMENTO MENSAL e SICOM FOLHA DE PAGAMENTO competência de janeiro de 2022 foram entregues, dentro do prazo estabelecido pelo TCEMG.

Neste mês foi efetuada a retificação do arquivo SICOM BALANCETE referente ao período janeiro de 2021.

Ainda neste mês, foi entregue o arquivo SICOM BALANCETE 13 dentro do prazo estipulado pelo TCEMG.

Conforme comunicado 07/2022 do TCEMG o prazo de entrega do arquivo SICOM BALANCETE dos meses: janeiro, fevereiro e março foi prorrogado para 31/05/2022.

Todos os recibos se encontram arquivados com os anexos deste relatório.

b) SIAFIC

Após nova reunião com a administração desta Casa de Leis, foi decidido que a contratação da empresa fornecedora de software SIAFIC (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle) será feita por processo de dispensa de licitação, visto as particularidades que norteiam o processo de implantação desse sistema.

Após os procedimentos necessários para contratação será elaborado um calendário de transição e implantação para o novo sistema.

c) Fiscal e gestor de contratos

A Câmara Municipal de Extrema seguindo a linha de melhoria continua e as recomendações desta controladoria designou neste mês por meio da Portaria 15/2022 uma servidora para cumprir a função de fiscal e gestora de contratos.

d) Declaração DIRF

A Declaração de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) foi entregue dentro do prazo estipulado pela Receita Federal do Brasil.

Os informes de rendimentos foram entregues a todas as pessoas listadas na DIRF e os recibos de entrega da declaração encontram-se arquivados no setor de RH.

e) Implantação de procedimentos PNPC

Considerando que no ano de 2021 o TCU (Tribunal de Contas da União) em parceria com outros órgãos de controle lançou o Sistema e-Prevenção, que irá auxiliar o gestor e demais setores da organização durante e após a fase de diagnóstico, de maneira que possam instituir os controles preventivos inexistentes e aperfeiçoar os considerados ineficazes, com o apoio dos instrumentos colocados à disposição (orientações, minutas, treinamentos).

A Câmara Municipal de Extrema respondeu o questionário do TCU no dia 28/07/2021, onde deu início a primeira etapa do processo de implantação, gerando um relatório que apontou as necessidades de melhorias a serem feitas em seus processos.

Nessa segunda etapa iniciada no mês de fevereiro/2022 a controladoria da Câmara Municipal de Extrema encaminhou para o diretor geral o roteiro apresentado pelo TCU com 120 (cento e vinte) propostas para implementação de mecanismos ligados as áreas de: prevenção; detecção; investigação; correção; e monitoramento, onde solicitou a indicação de quais procedimentos devem ser implantados primeiro e quais devem ser desconsiderados, visto que, alguns procedimentos sugeridos se enquadram a órgãos de cidade de grande porte.

.....////.....

Após os apontamentos citados anteriormente, levo ao conhecimento da Presidência desta Casa de Leis os seguintes indicadores de acompanhamento:

1. Limite máximo das despesas do Poder Legislativo

Quadro 01

Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias.	Receita art. 29-A CF/88 em 2021	
	R\$453.486.917,26	
Limite máximo de despesas de acordo com a população do Município	7%	R\$31.744.084,21
Valor das despesas pelo Poder Legislativo até fevereiro/2022	R\$ 3.950.328,81	
Valor máximo de despesas pelo Poder Legislativo de acordo com a LOA	R\$17.160.000,00	
Diferença a maior	R\$13.209.671,19	

O Poder Legislativo vem atendendo o limite máximo de suas despesas em relação à Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias arrecadadas no ano de 2021, não contrariando, portanto, o inciso I do art. 29-A da Constituição Federal.

1.1 Execução orçamentária por conta

O objetivo do quadro 2 é conceder uma análise gerencial para o Gestor, que a cada mês poderá acompanhar a evolução das contas da Câmara Municipal em termos orçamentários.

Quadro 02

Orçamento Executado - Até fevereiro 2022		Análise Vertical
Investimentos	209.254,90	5,30%
Obras e Instalações	-	0,00%
Equipamentos e Material Permanente	209.254,90	5,30%
Pessoal	1.055.078,33	26,71%
Contratação por Tempo Determinado	106.796,72	2,70%
Efetivos e Comissionados	592.269,96	14,99%
Obrigações Patronais Funcionários (INSS)	80.098,69	2,03%
Horas Extras	9.025,26	0,23%
Despesas de exercícios anteriores	-	0,00%
Terceirização	-	0,00%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	0,00%
Obrigações Patronais Funcionários (Prevextrema)	66.249,24	1,68%
Subsídios Vereadores	165.816,86	4,20%
Obrigações Patronais - INSS Vereadores	34.821,60	0,88%
Custeio	2.685.995,58	67,99%
Diárias - Civil - Funcionários	24.667,50	0,62%
Auxílio-Alimentação	77.033,85	1,95%
Auxílio Transporte	-	0,00%
Diárias - Civil - Vereadores	16.150,00	0,41%
Material de Consumo	557.241,72	14,11%
Serviços de Consultoria	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros Pessoas Físicas	93.600,22	2,37%
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	1.528.285,64	38,69%
Obrigações Tributárias e Contributivas	2.100,61	0,05%
Sentenças Judiciais	-	0,00%
Indenizações e Restituições	-	0,00%
Gastos com Publicidade	300.000,00	7,59%
Despesas de exercícios anteriores	29,48	0,00%
Serv. Tecnol. Inform. e Comunicação PJ	86.886,56	2,20%
Total	3.950.328,81	

Analisando o quadro 02 é possível verificar que: A execução orçamentária foi de R\$3.950.328,81 até o mês fevereiro de 2022. A relação do gasto por grupo foi de: 26,71% para o grupo de pessoal; 67,99% para o grupo custeio e 5,30% para o grupo de investimentos, quando comparadas com o total das despesas orçamentárias no período de referência.

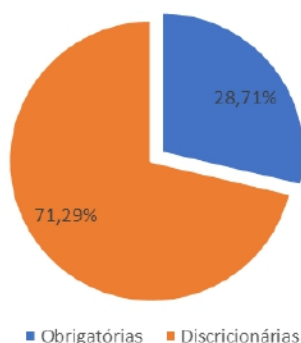
1.2 Composição das despesas

A despesa pública é composta por dois grandes grupos, despesas obrigatórias e discricionárias, a primeira se refere aquelas despesas que a administração não pode deixar de cumprir, como: salários, encargos sociais, e outras despesas decorrentes de exigência legal. A segunda está ligada a forma de gerir e investir da administração.

Quadro 03

Orçamento Executado - Até fevereiro 2022		Análise Vertical
Obrigatórias	1.134.212,79	28,71%
Contratação por Tempo Determinado	106.796,72	2,70%
Efetivos e Comissionados	592.269,96	14,99%
Obrigações Patronais Funcionários (INSS)	80.098,69	2,03%
Horas Extras e outras despesas de pessoal	9.025,26	0,23%
Despesas de exercícios anteriores	-	0,00%
Terceirização	-	0,00%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	0,00%
Obrigações Patronais Funcionários (Prevextrema)	66.249,24	1,68%
Subsídios Vereadores	165.816,86	4,20%
Obrigações Patronais - INSS Vereadores	34.821,60	0,88%
Auxílio-Alimentação	77.033,85	1,95%
Auxílio Transporte	-	0,00%
Indenizações e Restituições	-	0,00%
Sentenças Judiciais	-	0,00%
Obrigações Tributárias e Contributivas	2.100,61	0,05%
Discricionárias	2.816.116,02	71,29%
Obras e Instalações	-	0,00%
Equipamentos e Material Permanente	209.254,90	5,30%
Diárias - Civil - Funcionários	24.667,50	0,62%
Diárias - Civil - Vereadores	16.150,00	0,41%
Material de Consumo	557.241,72	14,11%
Serviços de Consultoria	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros Pessoas Físicas	93.600,22	2,37%
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	1.528.285,64	38,69%
Gastos com Publicidade	300.000,00	7,59%
Despesas de exercícios anteriores	29,48	0,00%
Serv. Tecnol. Inform. e Comunicação PJ	86.886,56	2,20%
Total	3.950.328,81	

Composição da Despesa até 02/2022



2. Créditos adicionais

Não houve suplementação destinada ao reforço de dotação orçamentária no período de fevereiro/2022.

3. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária, ocorridos no período de fevereiro/2022, conjugados com os saldos em espécie proveniente do período anterior e os que se transferem para o período seguinte.

Em síntese, a execução financeira no período de fevereiro/2022, assim processou-se:

Quadro 04

BALANCETE FINANCEIRO DE FEVEREIRO DE 2022					
Despesa Paga					
RECEITA	PERÍODO	TOTAL	DESPESA	PERÍODO	TOTAL
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.575.558,82	3.144.419,44	ORÇAMENTÁRIA	833.290,30	1.441.465,55
CONSIGNACOES	145.558,82	284.419,44	01 Legislativa	833.290,30	1.441.465,55
9002 IRRF C/ RETENCAO	55.270,58	105.406,65	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.083.607,18	2.899.261,16
9003 INSS C/ RETENCAO	34.947,26	62.929,41	RESTOS A PAGAR	0,00	145.485,45
9005 CEF C/RETENCAO	20.628,16	41.256,32	8001 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		145.485,45
9004 PREVEXTREMA C/ RETENCAO	18.118,14	34.727,57	CONSIGNACOES	131.523,85	371.692,38
9015 ISS C/ RETENCAO		1.004,23	9002 IRRF C/ RETENCAO	50.136,07	167.050,38
9016 PENSÃO ALIMENTICIA	4.667,82	9.271,15	9003 INSS C/ RETENCAO	28.072,66	53.050,53
9022 RENDIMENTO APLICAÇÃO	11.264,78	23.088,91	9004 PREVEXTREMA C/ RETENCAO	18.992,79	54.109,47
9018 UNIMED - DESCONTO MENSALIDADE	630,42		9005 CEF C/RETENCAO	20.628,16	61.722,70
9035 INSS RETENCAO P. JURIDICA		5.523,28	9015 ISS C/ RETENCAO	1.004,23	7.867,42
9038 Contribuição Sindical	31,66	31,66	9016 PENSÃO ALIMENTICIA	4.667,82	9.271,15
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.430.000,00	2.860.000,00	9018 UNIMED - DESCONTO MENSALIDADE	549,84	1.552,59
7000 DUODÉCIMO RECEBIDO	1.430.000,00	2.860.000,00	9023 TAXAS DE CONCURSO	1.949,00	1.949,00
Total ->	1.575.558,82	3.144.419,44	9034 CARTÃO ELOLIFE		131,84
=> SALDO ANTERIOR	1.945.171,53	2.800.140,14	9035 INSS RETENCAO P. JURIDICA	5.523,28	14.987,30
BANCO CONTA MOVIMENTO	-54.828,47	2.800.140,14	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	952.083,33	2.382.083,33
BANCO CONTA APLICAÇÃO	2.000.000,00		7001 DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO - CAMARA MUNICIPAL DE EXTRE	952.083,33	2.382.083,33
Total SALDO ANTERIOR	1.945.171,53	2.800.140,14	Total ->	1.916.897,48	4.340.726,71
TOTAL DA RECEITA	3.520.730,35	5.944.559,58	SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	1.603.832,87	1.603.832,87
			BANCO CONTA MOVIMENTO	100.743,96	100.743,96
			BANCO CONTA APLICAÇÃO	1.503.088,91	1.503.088,91
			Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	1.603.832,87	1.603.832,87
			TOTAL DA DESPESA	3.520.730,35	5.944.559,58

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O repasse foi registrado pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência, sendo que: o valor do repasse previsto para o período fevereiro/2022 foi de R\$1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). Neste mês o repasse do duodécimo ao Legislativo esteve em sistema de compensação, diante do saldo remanescente nas contas da Câmara Municipal de Extrema no final do ano de 2021 que foi de R\$2.382.083,33 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitenta e três reais e trinta e três centavos). Neste mês de fevereiro foi efetuado a compensação no valor de R\$952.083,33 (novecentos e cinquenta e dois mil, oitenta e três reais e trinta e três centavos) que foi feita de acordo com o artigo 3º § 3 da Instrução Normativa n. 08/2003 do TCEMG, sendo que, a diferença entre o valor compensado e o saldo a receber que foi de R\$477.916,67 (quatrocentos e setenta e sete mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) foi depositado na conta 200-5, Banco Caixa Econômica Federal no dia 18/02/2022;
- As conciliações bancárias foram elaboradas;
- Foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário;

3.1 Demonstrativo da execução financeira por conta

O objetivo do quadro 05 é conceder uma análise gerencial ao Gestor, que a cada mês poderá acompanhar a evolução das contas **pagas** pela Câmara Municipal, ou seja, a **saída de recursos** monetários dos cofres do Legislativo de Extrema, de forma sintética.

Quadro 05

Despesas Pagas - Até fevereiro 2022		Análise Vertical
Investimentos	-	0,00%
Obras e Instalações	-	0,00%
Equipamentos e Material Permanente	-	0,00%
Pessoal	949.123,16	65,84%
Contratação por Tempo Determinado	94.364,84	6,55%
Efetivos e Comissionados	592.269,96	41,09%
Obrigações Patronais Funcionários (INSS)	36.522,78	2,53%
Horas Extras	9.025,26	0,63%
Despesas de exercícios anteriores	-	
Terceirização	-	0,00%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	0,00%
Obrigações Patronais Funcionários (Prevextrema)	33.712,66	2,34%
Subsídios Vereadores	165.816,86	11,50%
Obrigações Patronais - INSS Vereadores	17.410,80	1,21%
Custeio	492.342,39	34,16%
Diárias - Civil - Funcionários	20.467,50	1,42%
Auxílio-Alimentação	77.033,85	5,34%
Auxílio Transporte	-	0,00%
Diárias - Civil - Vereadores	16.150,00	1,12%
Material de Consumo	63.833,43	4,43%
Serviços de Consultoria	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros Pessoas Físicas	20.959,90	1,45%
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	239.812,43	16,64%
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,00%
Sentenças Judiciais	-	0,00%
Indenizações e Restituições	-	0,00%
Gastos com Publicidade	44.162,20	3,06%
Despesas de exercícios anteriores	29,48	0,00%
Serv. Tecnol. Inform. e Comunicação PJ	9.893,60	0,69%
Total	1.441.465,55	

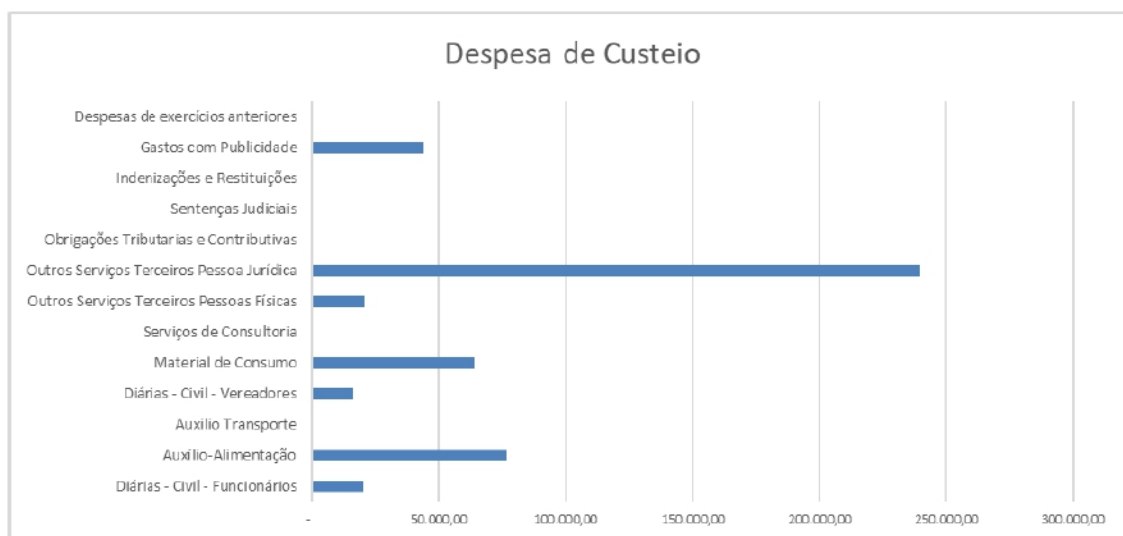
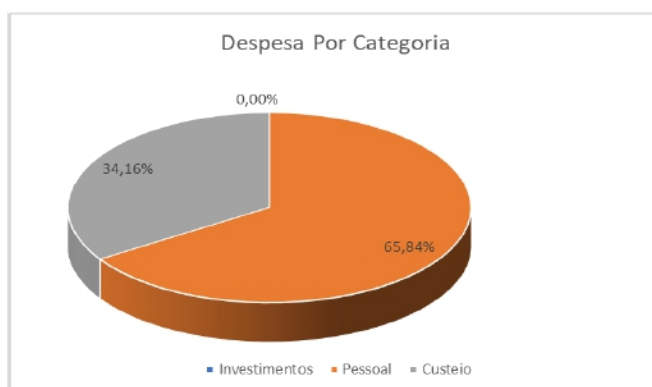
Na leitura do quadro 05, temos: As saídas de caixa acumulam R\$1.441.465,55 até o final do mês de fevereiro de 2022, o grupo pessoal representou 65,84%, custeio representou 34,16%, sendo que, o grupo investimentos não apresentou dispêndios até o momento.

É comum para o Poder Legislativo concentrar suas despesas em folha de pagamento, visto a atividade que desempenha.

Um ponto importante a destacar é que os índices apresentados nos quadros 02 e 05 devem ser lidos como uma análise vertical (análise gerencial), visto que, o percentual é obtido por meio da fórmula (valor de cada conta / pelo valor total da despesa = % da despesa em relação ao total gasto ou

executado), sendo assim, os percentuais obtidos em cada tabela informam quanto cada conta representou no total orçado ou gasto no período apresentado. Não podemos confundir os índices demonstrados nestes quadros com os índices legais que são apurados em tópicos específicos deste relatório.

Para uma melhor visualização dos pagamentos efetuados no período, apresento os gráficos a seguir:



4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 06

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

ATÉ FEVEREIRO/2022

TÍTULOS	Saldo do Exercício Anterior	Movimento no Exercício				Saldo para o mês seguinte
		Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	
Restos a pagar	145.787,35	-	-	145.485,45	-	301,90
Serviços da Dívida a Pagar	-	-	-	-	-	-
Depósitos /Consignações	272.269,46	284.419,44	-	371.692,38	-	184.996,52
Débitos de Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Total Geral	418.056,81	284.419,44	-	517.177,83	-	185.298,42

5. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 07

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - ACUMULADA DE MARÇO/2021 a FEVEREIRO/2022

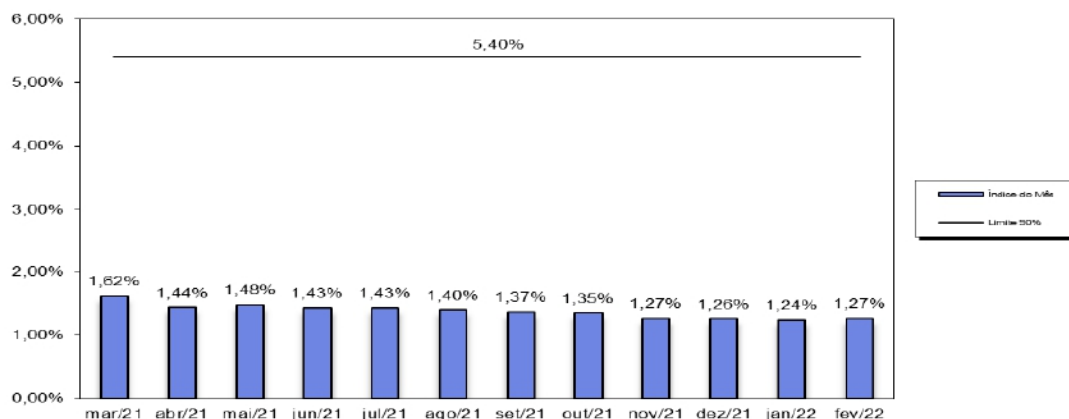
TÍTULOS	
Receita Corrente Líquida (A) Calculado com base nas receitas arrecadas site transparência Prefeitura	R\$478.521.640,16
Gastos com Pessoal do Legislativo (B)	R\$6.089.264,22
Percentual Total Aplicado pelo Poder Legislativo (B/A)	1,27%

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento. De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Poder Legislativo **não** excedeu a 6% da Receita Corrente Líquida apurada no período.

Quadro 08

Mês	Índice Máximo	Índice Prudencial 95%	Limite 90%	Índice do Mês
mar/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,62%
abr/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,44%
mai/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,48%
jun/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,43%
jul/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,43%
ago/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,40%
set/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,37%
out/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,35%
nov/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,27%
dez/21	6,00%	5,70%	5,40%	1,26%
jan/22	6,00%	5,70%	5,40%	1,24%
fev/22	6,00%	5,70%	5,40%	1,27%

Comparativo dos índices apurados nos últimos 12 meses



5.1. Gastos com a folha de pagamento

Quadro 09

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO ACUMULADAS DE MARÇO/2021 a FEVEREIRO/2022

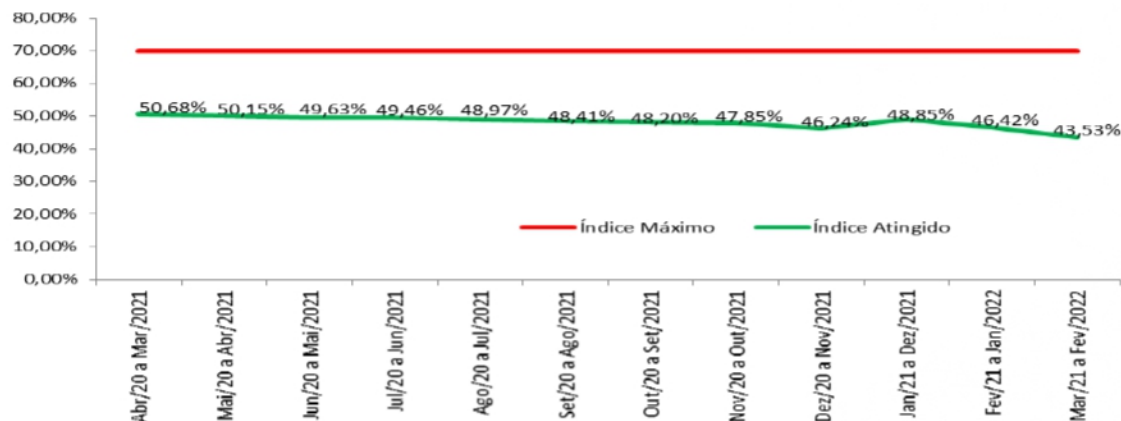
Total de recursos recebidos/compensados pela Câmara no período (A)	R\$14.072.000,00
Valor compensado/devolvido do orçamento da Câmara no início do ano de 2022 (B)	R\$2.382.083,33
Total de recursos recebidos/compensados (AJUSTADO) pela Câmara no período (A-B) = (C)	R\$11.689.916,67
Valor total da folha de pagamento ATÉ FEVEREIRO/2022 (excluindo encargos, inativos e pensionistas) (D)	R\$5.088.408,11
Percentual aplicado com folha de pagamento da Câmara ATÉ FEVEREIRO/2022 (D/C)	43,53%
Percentual máximo permitido	70,00%

A seguir o demonstrativo com gráfico dos gastos com folha de pagamento dos últimos 12 meses, considerando a receita ajustada, ou seja, considerando os valores efetivamente recebidos de duodécimo em cada período.

Quadro 10

Referência	Índice Máximo	Índice Acumulado dos Últimos 12 Meses	Valor Folha (excluindo os encargos) em R\$	Valor Receita Acumulada Últimos 12 Meses em R\$
Abr/2020 a Mar/2021	70,00%	50,68%	4.999.292,38	9.863.600,00
Mai/2020 a Abr/2021	70,00%	50,15%	5.007.299,38	9.984.800,00
Jun/2020 a Mai/2021	70,00%	49,63%	5.015.361,02	10.106.000,00
Jul/2020 a Jun/2021	70,00%	49,46%	5.057.955,65	10.227.200,00
Ago/2020 a Jul/2021	70,00%	48,97%	5.067.281,10	10.348.400,00
Set/2020 a Ago/2021	70,00%	48,41%	5.068.742,13	10.469.600,00
Out/2020 a Set/2021	70,00%	48,76%	5.104.464,29	10.590.800,00
Nov/2020 a Out/2021	70,00%	47,85%	5.125.452,43	10.712.000,00
Dez/2020 a Nov/2021	70,00%	46,24%	5.008.774,04	10.833.200,00
Jan/2020 a Dez/2021	70,00%	48,85%	5.052.791,45	10.344.369,92
Fev/2021 a Jan/2022	70,00%	46,42%	4.996.257,70	10.763.200,00
Mar/2021 a Fev/2022	70,00%	43,53%	5.088.408,11	11.689.916,67

Comparativo Gastos com Pessoal Limite 70%



Quadro 11

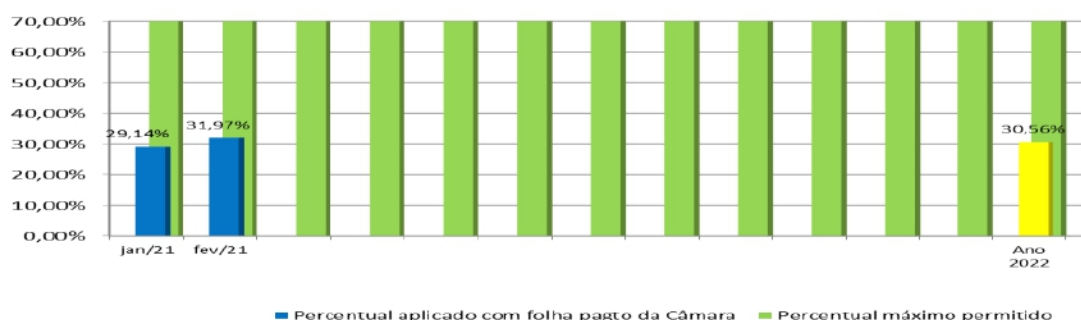
LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

Artigo 29A, §1º CF/88 em **2022**

Período	Total de recursos recebidos/compensados pela Câmara no período (A)	Valor total da folha de pagamento no período (excluindo encargos, inativos e pensionistas) (B)	Percentual aplicado com folha de pagamento da Câmara (B/A)	Percentual máximo permitido
Jan/22	1.430.000,00	416.670,32	29,14%	70%
Fev/22	1.430.000,00	457.238,48	31,97%	70%
Totais	2.860.000,00	873.908,80	30,56%	70%
Total ajustado	2.462.000,00	873.908,80	35,50%	70%

OBS.: Receita da Câmara ajustada descontado valor da devolução de duodécimo abatida no início do ano de 2022 R\$2.382.083,33 de forma proporcional ($1/12 = 199.000,00$) por mês encerrado.

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO 70% 2021



Quadro 12

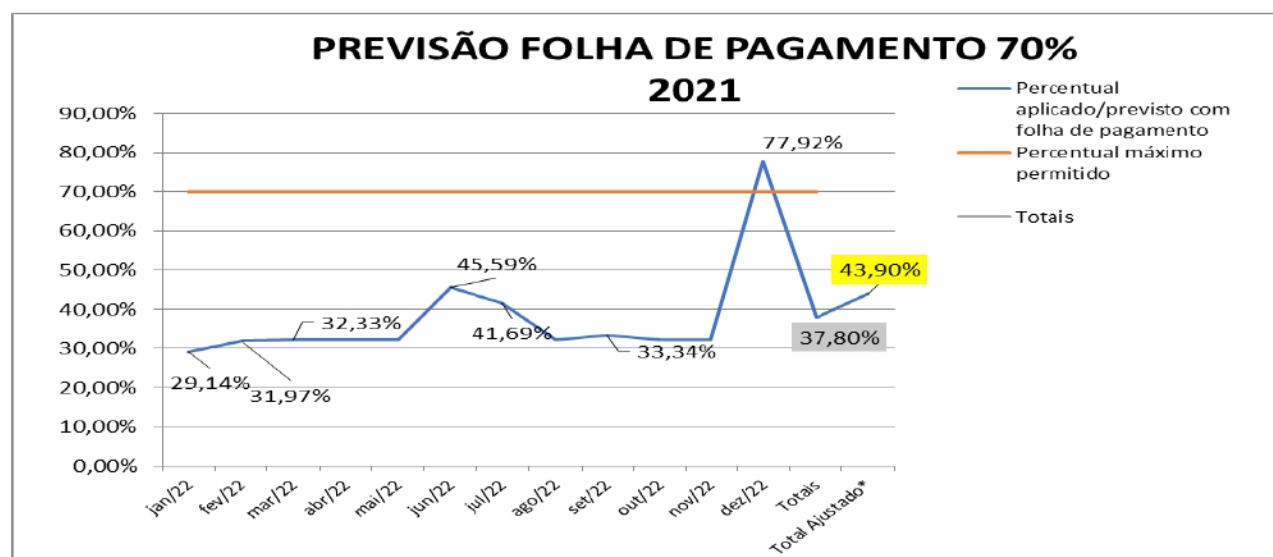
Período	Total de recursos recebidos/compensados pela Câmara no período (A)	Valor total da folha de pagamento no período (excluindo encargos, inativos e pensionistas) (B)	Percentual aplicado/previsto com folha de pagamento	Percentual máximo permitido
jan/22	1.430.000,00	416.670,32	29,14%	70%
fev/22	1.430.000,00	457.238,48	31,97%	70%
mar/22	1.430.000,00	462.294,73	32,33%	70%
abr/22	1.430.000,00	462.294,73	32,33%	70%
mai/22	1.430.000,00	462.294,73	32,33%	70%
jun/22	1.430.000,00	651.987,88	45,59%	70%
jul/22	1.430.000,00	596.119,43	41,69%	70%
ago/22	1.430.000,00	462.294,73	32,33%	70%
set/22	1.430.000,00	476.738,66	33,34%	70%
out/22	1.430.000,00	462.294,73	32,33%	70%
nov/22	1.430.000,00	462.294,73	32,33%	70%
dez/22	1.430.000,00	1.114.282,61	77,92%	70%
Totais	17.160.000,00	6.486.805,76	37,80%	70%
Total Ajustado*	14.777.916,67	6.486.805,76	43,90%	70%

Previsão

Realizado

Índice previsto para o final do ano de 2022

* Receita da Câmara ajustada descontado valor da devolução de duodécimo abatida no início do ano de 2022 de R\$2.382.083,33



Os demonstrativos do item 5.1 comprovam que a Câmara vem obedecendo ao limite máximo de 70% (setenta por cento) de suas receitas com a folha de pagamento, não contrariando, portanto, o § 1º do art. 29-A da Constituição Federal, onde poderá alcançar um índice de 43,90% no ano de 2022, já considerando o valor previsto de devolução de receita não utilizada no ano de 2021.

5.2. Subsídio dos vereadores

Quadro 13

LIMITE MÁXIMO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PERÍODO DE FEVEREIRO/2022

Subsídios dos deputados estaduais (A)	R\$25.322,25
Percentual máximo de acordo com a população do município* (B)	30,00%
Valor máximo de acordo com a população do município (C = A * B)	R\$7.596,67
Valor do subsídio dos vereadores	R\$7.537,13

*Nota: O limite máximo do subsídio dos vereadores varia de acordo com a população do município: de dez mil e um a cinquenta mil habitantes o índice é de 30%.

O demonstrativo comprova que o subsídio dos vereadores obedeceu ao limite máximo de 30 (trinta por cento) em relação ao subsídio dos deputados estaduais, não contrariando, portanto, o inciso VI, letra (b) do art. 29 da Constituição Federal.

5.3. Gastos com a remuneração dos Vereadores

Quadro 14

DESPESA COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES PERÍODO DE FEVEREIRO/2022

Total das Receitas Correntes do município (site transparência) no período (A)	R\$42.110.266,65
Total da remuneração dos vereadores no período (B)	R\$82.908,43
Percentual gasto (B/A * 100)	0,20%
Limite máximo permitido	5,00%

O demonstrativo anterior comprova que os gastos com a remuneração dos vereadores obedeceram ao limite máximo de 5% (cinco por cento) da receita corrente municipal prevista, não contrariando, portanto, o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

6. Ações controle interno no mês de fevereiro de 2022

Além dos trabalhos normais e cotidianos executados pela controladoria que estão relatados neste trabalho, o controle interno deu início neste mês na elaboração do relatório anual do controle.

Atendendo solicitação do departamento jurídico desta Casa de Leis o controle interno elaborou cálculos de impacto orçamentário e financeiro para os projetos de lei para criação de vaga de estágio, que foram anexados aos referidos projetos e serão arquivados com este relatório.

O controlador interno participou ainda, de 2 reuniões com o Instituto de Previdência Prevextrema onde atua como representante do Poder Legislativo.

7. Conclusão

Em minha opinião, os atos e fatos que vieram ao meu conhecimento durante o mês de fevereiro/2022, apresentam-se adequados as normas legais vigentes que norteiam cada assunto, ressalvados tópicos específicos deste relatório.

Extrema, 29 de março de 2022.